

Mudanças econômicas serão negociadas

SERGIO LÉO E SILVIA FARIA

BRASÍLIA — Em substituição à política liberal do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, a equipe econômica do Governo Itamar Franco elegeu a negociação política — com o Congresso, empresários e trabalhadores — como instrumento de combate à inflação.



Os ministros da Economia, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, já deixaram claro que manterão o controle dos gastos públicos, o combate à sonegação e à corrupção, além de juros reais para impedir o aumento abusivo de preços, enquanto não for implementada a reforma fiscal e a modernização da indústria.

Na essência, as reformas estruturais iniciadas em 1990 serão mantidas. Os ministros não decidiram ainda eventuais mudanças na forma e no ritmo de sua execução. Outro ingrediente resgatado pelo Governo Itamar é a volta do planejamento das ações públicas, cuja ausência foi apontada pelos ministros Krause e Haddad como responsável por muitos erros das duas equipes que conduziram a economia no Governo Collor, mas preocupadas com resultados de curto prazo.

— A recessão se aprofundou e o ajuste realizado premiou o setor externo, prejudicando o setor interno — avaliou Haddad, ressaltando os efeitos negativos da política econômica produzidos nos últimos 12 anos sobre os salários, que tiveram sua participação reduzida de 52% para 32% na renda nacional.

Krause, que é deputado, considera indispensável negociar as mudanças econômicas com o Congresso. E prepara-se para a primeira batalha, que é aprovar um ajuste fiscal de emergência ainda este ano, além do projeto de modernização dos portos, das licitações públicas e a reorganização do setor público.

— A desorganização do setor público atingiu seu clímax no Governo Collor — diz Haddad.

O Governo Itamar também arquivou as propostas de reforma fiscal levadas por Marcílio ao Congresso, por entender que medidas que dependem de emendas à Constituição são assunto para a revisão constitucional do próximo ano. A equipe econômica acredita que a maior credibilidade do Governo permitirá aumentar a arrecadação com medidas de combate à sonegação.